

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CRISTIANO VILHALBA FLORES

DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE À HARMONIZAÇÃO JURÍDICA:
A LEGITIMIDADE DO PARTICULAR EM POSTULAR OPINIÕES CONSULTIVAS
AO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CRISTIANO VILHALBA FLORES

DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE À HARMONIZAÇÃO JURÍDICA:
A LEGITIMIDADE DO PARTICULAR EM POSTULAR OPINIÕES CONSULTIVAS
AO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior

Porto Alegre
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CRISTIANO VILHALBA FLORES

DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE À HARMONIZAÇÃO JURÍDICA:
A LEGITIMIDADE DO PARTICULAR EM POSTULAR OPINIÕES CONSULTIVAS
AO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior

Professora Dra. Cláudia Lima Marques

Professor Dr. Alejandro Daniel Perotti

Professora Dra. Luciane Klein Vieira

Porto Alegre

2017

Dedico aos meus amados filhos Enzo e Sofia
e esposa Débora, fontes de
amor e felicidade.

AGRADECIMENTOS

Especial agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior, pelo incentivo inicial, por toda a experiência e conhecimento transmitidos, pela orientação e, acima de tudo, pela amizade.

À minha família, pela compreensão e apoio.

Aos demais mestres que cruzaram neste caminho e que colaboraram para o meu crescimento acadêmico.

E aos colegas pelo companheirismo e auxílio.

RESUMO

No presente trabalho busca-se demonstrar a inovação trazida pela regulamentação dos Estados-partes do Mercosul, especialmente pela brasileira, que conferiu ao particular o direito subjetivo de postular Opiniões Consultivas diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão. Para tanto, destaca-se a condição de sujeito de direito internacional adquirida pelo particular por meio de normas advindas de integrações entre Estados soberanos. Da mesma forma, a importância que possui um tribunal legitimado e com atribuições claras, tendo por exemplos a União Europeia e da Organização dos Estados Americanos, onde o Tribunal de Justiça e Corte Interamericana de Direitos Humanos são reconhecidos como responsáveis diretos pelo sucesso destes blocos. Dentre suas competências, destaca-se o protagonismo que tiveram as suas faces consultivas, representadas pelo reenvio prejudicial e pelas opiniões consultivas, respectivamente, instrumentos que não foram apenas responsáveis pela harmonização das legislações internas com a norma da integração, mas também por criar uma verdadeira cooperação jurisdicional entre organismos jurisdicionais interacionais e as jurisdições nacionais. Institutos que se assemelham às opiniões consultivas do Mercosul, cuja legitimação em postulá-las diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão é conferida ao particular de forma inovadora em processos de integração.

Palavras chave: União Europeia; Reenvio prejudicial; OEA; Mercosul; Opiniões consultivas

ABSTRACT

This paper seeks to demonstrate the innovation brought about by the regulations of the Mercosur States Parties, especially by the Brazilian, which gave the individual the subjective right to apply for Consultative Opinions directly to the Permanent Review Tribunal. In order to do so, the condition of being a subject of international law acquired by the individual is highlighted, through norms derived from integrations between sovereign states. Likewise, the importance of a legitimate and clearly defined court, for example the European Union and the Organization of American States, where the Court of Justice and the Inter-American Court of Human Rights are recognized as directly responsible for the success of these blocs. Among its competences, the leading role played by advisory opinions, represented by the reference for a preliminary ruling and by the advisory opinions respectively, were not only responsible for the harmonization of domestic legislation with the integration rule but also for creating a genuine Jurisdictional cooperation between national courts and national courts. Institutes that resemble the consultative opinions of Mercosur, whose legitimacy in postulating them directly to the Permanent Review Tribunal is given to the individual in an innovative way in integration processes.

Keywords: European Union; preliminary ruling; OAS; Mercosur; Advisory Opinions

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I. O PARTICULAR COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL E OS SISTEMAS JURÍDICOS EM AMBIENTES REGIONAIS.....	16
---	-----------

1. Considerações iniciais ao Capítulo.....	16
2. O Particular como sujeito de direito internacional.....	18
3. O Sistema Jurídico da União Europeia.....	22
3.1. A Supranacionalidade como premissa de solidificação da União Europeia.....	23
3.2. Fontes primárias e secundárias do Direito da União.....	25
3.3. Alguns princípios a caracterizar a União Europeia.....	30
4. O Sistema Jurídico Interamericano sobre Direitos Humanos.....	36
4.1. Breve Histórico do desenvolvimento dos Direitos Humanos no ambiente regional das Américas.....	37
4.2. O Sistema interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.....	38
5. O Sistema Jurídico do Mercosul	42
5.1. A escolha pela intergovernabilidade feita pelo Mercosul.....	43
5.2. Fontes primárias e secundárias do Direito do Mercosul.....	49
5.3. Alguns princípios a caracterizar o Direito do Mercosul.....	50
5.4. A obrigatoriedade, a primazia e aplicação direta das normas do Direito da Integração....	54
6. Conclusão Parcial.....	57

CAPÍTULO II. TRIBUNAIS E CORTES EM AMBIENTES REGIONAIS E O ACESSO DOS PARTICULARES.....	59
--	-----------

1. Considerações iniciais ao Capítulo.....	59
2. O Tribunal de Justiça da União Europeia e o acesso dos particulares.....	60
2.1. O Tribunal de Justiça da União Europeia.....	60
2.2. O Reenvio Prejudicial.....	67
2.3. O particular e o Tribunal de Justiça da União Europeia.....	78

3. Corte Interamericana de Direitos Humanos e o acesso dos particulares.....	80
3.1. A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	80
3.2. As Opiniões Consultivas.....	84
3.3. O particular e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	88
4. O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e o acesso dos particulares.....	92
4.1. Breve evolução histórica do Sistema de Solução de Conflitos do Mercosul.....	92
4.2. O objeto das controvérsias.....	93
4.3. As etapas do Sistema de Solução de Conflitos do Mercosul.....	94
4.4. A dupla função do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	96
4.5. As Opiniões Consultivas.....	99
4.6. O particular e o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	104
5. Conclusão Parcial.....	105

CAPÍTULO III. O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, A HARMONIZAÇÃO DO DIREITO E O DIREITO SUBJETIVO DO PARTICULAR EM POSTULAR OPINIÕES CONSULTIVAS AO TPR.....108

1. Considerações iniciais ao Capítulo.....	108
2. O Controle de Convencionalidade.....	110
2.1. Características do Controle de Convencionalidade.....	112
2.2. O Controle de Convencionalidade no Brasil.....	120
3. A Harmonização do Direito pelas Cortes Internacionais.....	125
3.1. O papel harmonizador do Tribunal de Justiça da União Europeia.....	126
3.2. O papel harmonizador da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	127
3.3. O papel harmonizador que pode exercer o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	131
3.4. O papel do particular, por meio de sua legitimação, no processo de harmonização do direito.....	133
4. O direito subjetivo do particular de postular opiniões consultivas ao TPR.....	135
4.1. A regulamentação pelos Estados-partes do Mercosul para o envio de Opiniões Consultivas.....	135
4.2. A legitimação dada ao particular para postular Opiniões Consultiva ao Tribunal Permanente do Mercosul.....	139
4.3. A Opinião Consultiva formulada pelo particular ao STF.....	145

4.4. Os requisitos e o procedimento interno brasileiro para o envio de Opiniões Consultivas.....	146
5. Conclusão Parcial.....	149
 CONCLUSÃO.....	 151
 REFERÊNCIAS.....	 155

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de duas décadas e meia a América do Sul deu início ao seu maior e mais complexo processo de integração, quando Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, reunidos na Capital que lhe deu o nome, firmaram o Tratado de Assunção. Surge o Mercosul, visando criar um mercado comum, com uma estrutura institucional básica. A ele segue o Protocolo de Ouro Preto, que lhe deu personalidade jurídica de Direito Internacional, consolidando a sua estrutura institucional.

Historicamente, a todo processo de integração regional segue um mecanismo de controle de controvérsias que interprete e regulamente o direito que com ele nasce, procurando harmonizar eventuais desavenças entre os Estados-partes, bem como de seus ordenamentos internos frente ao bloco. E no Mercosul não foi diferente, pois já nos anexos ao Tratado de Assunção veio regulamentado o seu primeiro sistema de solução de controvérsias, o qual fora aperfeiçoado pelos Protocolo de Brasília, Protocolo de Ouro Preto e Protocolo de Olivos.

Na história desta integração, pode-se constatar alternância de momentos de otimismo e de pessimismo. Quanto ao estágio do Mercosul, segundo Machado e Del’Olmo “é de se reconhecer que atualmente está em um quadro estático, as vezes até inanimado, pois o processo integracionista realmente não flui, estacionou-se na união aduaneira”¹. Ou nas palavras de Barral, “o Tratado de Assunção (TA), documento constitutivo do Mercosul, parece hoje um documento programático, mais que uma descrição da realidade que se pretende construir num curto espaço de tempo”².

Prova da estagnação do Mercosul foi o fato de que em 2000 houve o seu “relançamento”, quando os Estados-partes, por meio dos seus presidentes, reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento da integração regional. Este ato, sediado em Buenos Aires, “possui o mérito de reafirmar a vontade e o comprometimento político de ambos países com o propósito da integração em um momento particularmente difícil e de procurar inscrever o tema da coordenação macroeconômica de modo efetivo na agenda do bloco e dos respectivos países membros”³, como refere Vaz.

No entanto, especificamente no sistema de solução de controvérsias, a evolução pode

¹ MACHADO, Diego Pereira; DEL’OLMO, Florisbal de Souza. *Direito da Integração, Direito Comunitário, Mercosul e União Europeia*. Salvador: JusPODIVM, 2011, p. 67.

² BARRAL, Welber Oliveira. *O Protocolo de Olivos e o Mercosul*. Acessível em www.egov.usc.br/portal/sites/default/files/anexos/1221-1235-1-PB.pdf, p. 150. Acesso em 13.01.2016.

³ VAZ, Alcides Costa. O Relançamento do Mercosul. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*. Vol. 1. Nº 1, 2000. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4768/4001>. Acesso em 22.01.2017.

ser notada, fundamentalmente, pela criação de um Tribunal Permanente, do qual, dentre outras competências, destaca-se a de emitir Opiniões Consultivas, reconhecidas como de grande relevância para a sedimentação do direito da integração, com a harmonização entre os direitos nacionais dos Estados-partes, bem como entre estes e o oriundo do bloco.

No antigo continente, por sua vez, logo após a Segunda Guerra Mundial, surge o que, até então – embora também atualmente dê sinais de desgaste –, demonstra-se como o mais complexo e bem-sucedido processo de integração regional, que é a União Europeia. Integração esta em que se consolida um Tribunal de Justiça que tem na edição de questões prejudiciais, nominadas de reenvio prejudicial, uma rica contribuição para a uniformização do direito da região. Até porque, nas palavras de Vieira, “verifica-se que o fim máximo da Corte mencionada é harmonizar a jurisprudência das jurisdições nacionais, para garantir a unidade do sistema jurisdicional do bloco”⁴.

Mais próximo a nós, outro exemplo de um organismo regional merece destaque. Trata-se da Organização dos Estados Americanos (OEA), a qual é responsável pela edição da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida por Pacto de San José da Costa Rica, por ter sido a cidade sede da Conferência Interamericana sobre Direitos Humanos, no ano de 1969, que teve a missão de produzir este importante Tratado Internacional, pilar de todo Sistema Interamericano sobre Direitos Humanos.

Deste acordo também surge um organismo dotado de competência jurisdicional e consultiva, com o encargo de ditar a final interpretação das normas oriundas daquela organização. Trata-se da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a qual destaca-se pela eficaz atuação na garantia do respeito aos Direitos Humanos no seio do Continente Americano, tanto quando atua em sua face jurisdicional, quanto em sua face consultiva, por meio das Opiniões Consultivas.

Algumas similitudes são evidentes nos institutos do reenvio prejudicial do Tribunal de Justiça da União Europeia e das opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, pois todos têm a tarefa de ser os mecanismos de encaminhamento de questionamentos aos referidos tribunais, com vistas à interpretação e harmonização normativa.

No entanto, várias também são as diferenças, pois, no que se refere à União Europeia e o Mercosul, deve-se lembrar que no momento em que nasceram “não havia as mesmas

⁴ VIEIRA, Luciane Klein. *Interpretação e Aplicação Uniforme do Direito da Integração. União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-Americana e Mercosul*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 26.

condições histórico-culturais que proveram as motivações e interesses para a sua formação”⁵. Diferenças estas que, na atualidade, bem refletem o estágio destes dois processos integracionistas. Já no que concerne ao Pacto de San José da Costa Rica, a própria natureza do acordo o distingue dos demais.

Mas isto não impede, como referido, de perceber-se as suas semelhanças. Dentre elas, pode-se destacar, primeiramente, que todos estes instrumentos consultivos têm por finalidade o encaminhamento de questões para que os tribunais venham a interpretar o direito decorrente da região integrada.

No caso do Mercosul e da União Europeia também se assemelham, opiniões consultivas e reenvio prejudicial, pelo fato de que qualquer órgão jurisdicional dos Estados-membros ou Estados-partes podem ser os autores destes questionamentos, sendo que aos tribunais das integrações não é concedida a atribuição de aplicação do direito interpretado, o que ficará a cargo dos órgãos jurisdicionais internos, remetendo a uma necessária cooperação entre o organismo jurisdicional nacionais e os referidos tribunais. Entretanto, exatamente desta atribuição exclusivamente interpretativa, de não aplicação direta do direito ao caso concreto, é que surge a diferença mais marcante dos dois institutos, que é o caráter vinculativo da manifestação do Tribunal da União Europeia, o que inexistente, até o momento, no sistema do Mercosul.

Por outro lado, como se verá, possuem as opiniões consultivas, em sua regulamentação, uma legitimação de postulantes que extrapola aos tribunais nacionais, sendo que na União Europeia “o próprio Tribunal rechaçou a possibilidade de que possam utilizar o mecanismo prejudicial os árbitros e órgãos cuja composição dependa de uma disposição das partes, assim como os órgãos administrativos, ainda que devam aplicar o Direito da União para a solução de litígios”⁶.

No entanto, a referência à União Europeia e à OEA, pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não possui a pretensão de tecer comentários comparatistas entre estes acordos e o do Mercosul, pois, como alerta Gomes, quando se refere a União Europeia e ao Mercosul, “não se pode tratar os dois blocos regionais como perfeitos equivalentes, utilizando-se das bases sedimentadas em um para tentar encontrar soluções aos problemas do

⁵ GOMES, Joséli Fiorin. Estudo sobre as Opiniões Consultivas do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: a (im)possibilidade de circulação da primazia do direito europeu na integração sul-americana. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. PPGDir./UFRGS, v. 7, 2012, p. 18.

⁶ VIEIRA, Luciane Klein. *Interpretação e Aplicação Uniforme do Direito da Integração. União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-Americana e Mercosul*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 35-36.

outro”⁷, mas tão somente de mostrar a importância do reenvio prejudicial para a consolidação do Direito da União, bem como das opiniões consultivas para o Sistema Interamericano sobre Direitos Humanos. Importância esta que se entende também ter as opiniões consultivas dirigidas ao Tribunal Permanente de Revisão para o Mercosul.

Por meio da formação de uma norma internacional, decorrente de acordos firmados entre países, deve ser lembrado, surge uma nova condição ao particular, assim considerado como todo o indivíduo, pessoa física ou jurídica, nacional de um dos Estados-partes de um determinado bloco. Uma vez alcançado pelas normativas vindas de fora das fronteiras do seu país, passa, o particular, a ser sujeito de direito internacional, pois diretamente atingido por elas, em direitos e deveres.

Com isto, verifica-se a inserção do particular em sistemas internacionais, sendo a ele conferida a faculdade de participar, até mesmo, da construção normativa, colaborando para a sua harmonização, seja por invocar o direito advindo de blocos regionais nos órgãos jurisdicionais nacionais, seja por meio de acesso aos tribunais e cortes internacionais. Colaborando, da mesma forma, pelo que modernamente se denominou de controle de convencionalidade, instituto este pensado na tentativa de gerir o diálogo entre sistemas e organismos nacionais e internacionais.

Diante disto, o presente trabalho buscar responder o seguinte problema de pesquisa: o Sistema de Solução de Conflitos do Mercosul, a partir da regulamentação de seus Estados-partes, especialmente pela regulamentação brasileira, conferiu aos particulares o direito subjetivo de postularem opiniões consultivas *diretamente* ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul?

Como se verá, em cada um dos sistemas regionais trazidos ao presente trabalho teve o particular um tratamento diferenciado. No entanto, em todos verifica-se o protagonismo a eles conferidos, revelando também sua importância para o processo de harmonização normativa, um dos pilares de todo o processo de integração, em decorrência da capacidade que lhes é reconhecida modernamente.

Diante disto, optou-se por dividir o presente trabalho em três capítulos. No capítulo I, inicialmente, busca-se verificar o fenômeno do particular como sujeito de direito internacional, para, a seguir, investigar três exemplos de sistemas jurídicos em ambientes regionalizados, que são os da União Europeia, da Organização dos Estados Americanos e do

⁷ GOMES, Joséli Fiorin. Estudo sobre as Opiniões Consultivas do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: a (im)possibilidade de circulação da primazia do direito europeu na integração sul-americana. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, v. 7, 2012, p. 18.

Mercosul, com suas fontes, bem como os mais relevantes princípios a regê-los. No capítulo II busca-se a verificação das Cortes e Tribunais Internacionais criados nos três exemplos trazidos ao trabalho, com suas características e especial atenção as suas respectivas funções consultivas, assim como o acesso, a eles, pelos particulares. E, por fim, no capítulo III, detém-se no instituto do Controle de Convencionalidade e sua importância para a harmonização do direito nos blocos regionais, culminando com a investigação sobre a participação dos particulares neste processo e a inovação trazida pelo Mercosul no concernente a sua legitimação.

No que se refere à metodologia do presente trabalho, em seu método de abordagem, será utilizado, principalmente, o método hipotético-dedutivo, buscando-se na visão dos institutos assemelhados na União Europeia na Organização dos Estados Americanos e do Mercosul resposta ao problema de pesquisa, pelo que também se utiliza o método de procedimento comparativo. O tipo de pesquisa a ser utilizada será exclusivamente o de pesquisa bibliográfica e de artigos disponíveis em hospedagens eletrônicas.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. *Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional*. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2010.

ALMEIDA, José Carlos Moitinho. *O Reenvio Prejudicial perante o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*. Coimbra: Coimbra, 1992.

ALONSO GARCÍA, Ricardo. *Un paseo por la jurisprudencia supranacional europea y su reflejo en los sistemas suramericanos de integración*. Córdoba: Advocatus, 2008.

APPIO, Eduardo. Os Juízes e o Controle de Convencionalidade no Brasil. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (orgs.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

ARRIBAS, Juan José Martin; VAN OVERBERGH, Patricia Dembur. La Cuestión Prejudicial a Luz del Artículo 68 de Tratado de la Comunidad Europea. *Revista de Derecho Comunitario Europeo*. Madrid, n. 9, ano 5, 2001.

BAGNOLI, Vicente. *Introdução ao Direito da Concorrência: Brasil, Globalização, União Européia, Mercosul, Alca*. São Paulo: Singular, 2005.

BARRAL, Welber Oliveira. *O Protocolo de Olivos e o Mercosul*. Acessível em www.egov.usc.br/portal/sites/default/files/anexos/1221-1235-1-PB.pdf, p. 150. Acesso em 13.01.2015.

BASSO, Larissa de Santis. As Decisões Arbitrais do Mercosul e os Princípios da Integração no Bloco. In: BASSO, Maristela (org.). *Mercosul – Mercosur: estudos em homenagem a Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Atlas, 2007.

BAZÁN, Victor. O Controle de Convencionalidade e a necessidade de intensificar um adequado diálogo jurisprudência. *Revista de Direito Público*. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, v. 1, n. 1, jul./set. 2003.

BORJA, Sergio Augusto Pereira de. O Mercosul pela ótica do direito constitucional: tratados, convênios e acordos celebrados. In: MEDEIROS, Antônio P. Cachapuz de (org.). *O ensino jurídico no limiar do novo século*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

CAMPELLO, Dyle. *O Direito da Concorrência no Direito Comunitário Europeu: uma contribuição ao MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CAMPOS, João Mota de; CAMPOS, João Luiz Mota de. *Contencioso Comunitário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CAMPOS, João Mota de; CAMPOS, João Luiz Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CAMPOS, João Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 2ª ed., 2ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A personalidade e capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito de direito internacional. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*. V. 3, n. 3, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cançado_acesso.html. Acesso em 22.02.2017.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional: A experiência da corte interamericana de Direitos Humanos. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; PEREIRA, Antônio Celso Alves (orgs.). *Novas Perspectivas do direito internacional contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos no limiar do novo século: recomendações par ao fortalecimento de seu mecanismo de proteção. In: GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (coords.). *O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CARRILLO SALCEDO, Juan Antonio. Algumas reflexões sobre la subjetividade internacional del individuo y el proceso de humanización del derecho internacional. In: LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro (coord.). *Os Rumos de Direito Internacional dos direitos humanos: ensaios em homenagem ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade*. Porto Alegre: Fabris Editora, 2005.

CASELLA, Paulo Borba. *Comunidade Européia e seu ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1994.

CIDH, Tibi v. Ecuador, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_114_esp.pdf. Acesso em 13.02.2016.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. O Controle de Convencionalidade como parte de um Constitucionalismo Transnacional fundado na Pessoa Humana. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, Ano 39. Vol. 232. Jun. 2014.

CORRÊA, Antonio. *MERCORSUL Soluções de Conflitos pelos Juízes Brasileiros*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editora, 1997.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. A subjetividade internacional do ser humano: algumas reflexões. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; CANÇADO TRINDADE, Antônio

Augusto; PEREIRA, Antônio Celso Alves (orgs.). *Novas Perspectivas do direito internacional contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DEL’OLMO. Florisbal de Souza. *Direito Internacional Privado*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DREYZIN DE KLOR, Adriana. El Mercosur: Escenario de nuevas opiniones consultivas. *Revista Española de Derecho Europeo*. Madrid: Civitas, nº 32, 2009.

DREYZIN DE KLOR, Adriana. *La Primera Opinión Consultiva em MERCOSUR. Germen de cuestión prejudicial?* Disponível em: https://www.academia.edu/7736791/LA_PRIMERA_OPINI%C3%93N_CONSULTIVA_EN_MERCOSUR_GERMEN_DE_CUESTI%C3%93N_La_primera_Opini%C3%B3n_Consultiva_en_MERCOSUR_Germen_de_cuesti%C3%B3n_prejudicial, p. 440, acesso em 18.06.2015.

FRADERA, Véra Maria Jacob de. *Reflexões sobre a contribuição do direito comparado para a elaboração do direito comunitário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

FRANCISCO, José Carlos. Bloco de constitucionalidade e recepção dos tratados internacionais. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCON, Pietro de Jesus Lora (orgs.). *Reformas do Judiciário analisada e comentada*. São Paulo: Método, 2005.

GOMES, Eduardo Biacchi. Controle de convencionalidade nos processos de integração – Democracia e Mercosul (a construção de uma tese). *Revista de Direito Administrativo e Constitucional*. N. 11, ano 3, jan./mar. 2003.

GOMES, Eduardo Biacchi; WINTER, Luís Alexandre Carta. Cooperación judicial en el Mercosur y el sistema de opiniones consultivas. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto; VIEIRA, Luciane Klen (orgs.). *El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad*. Bogotá: Grupo Editorial Ibáñez, 2016.

GOMES, Joséli Fiorin. Dificuldades à ampliação da Integração Regional: um estudo a partir da complexa uniformização jurídica em matéria do direito do consumidor na União Europeia e no Mercosul. *Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão*. Assunção, n. 2, ano 1, agosto de 2013.

GOMES, Joséli Fiorin. Estudo sobre as Opiniões Consultivas do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: a (im)possibilidade de circulação da primazia do direito europeu na integração sul-americana. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, v. 7, 2012.

GOMES, Luiz Flávio. *Direitos Humanos e a regra interpretativa “pro homine”*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI42806,41046-Direito+dos+direitos+humanos+e+a+regra+interpretativa+pro+homine>. Acesso em 10.01.17.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *A liberdade de concorrência na União Europeia e no Mercosul*. São Paulo: LTr, 2006.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *Direito Internacional da Concorrência. Entre Perspectivas Unilaterais, Multilaterais, Bilaterais e Regionais*. Curitiba: Juruá, 2008.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *Mercados Comum e interno e liberdades econômicas fundamentais*. Curitiba: Juruá, 2010.

JAEGER JUNIOR, Augusto. Metodologia Jurídica Europeia e Mercosulista: Considerações Fundamentais. *Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão*. Assunção, nº 3, ano 2, março de 2014.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *Temas de Direito da Integração e Comunitário*. São Paulo: LTr, 2002.

JAEGER JUNIOR, Augusto. SCHWAGER, Simon. A Política de Defesa da Concorrência na União Europeia e no Mercosul: Uma Comparação das Experiências Recentes. In: GUEDES, Jefferson Carús; NEIVA, Juliana Sahione Mayrink. *Publicações da Escola da AGU: Debates em Direito da Concorrência*. Brasília: Advocacia-Geral da União, 2011.

JAYME, Fernando G. *Direitos humanos e sua efetivação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

KOURY, Luiz Guilherme Costa. Os indivíduos e o sistema interamericano: evolução da participação e as perspectivas para o acesso direto das vítimas à Corte Interamericana. In: OLIVEIRA, Márcio Luís de (coord.). *O Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos: interface com o direito constitucional contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Direito Comunitário e Soberania. Algumas Reflexões. In: LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.). *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: O Papel do Juiz no Processo de Integração Regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LOPES, Marcelo Leandro Pereira. O Tribunal de Justiça da União Europeia e a Construção do Direito da União. *Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí*. Vol. 1, n. 4, jan/jun de 2013. p. 38-57.

MACHADO, Diego Pereira. DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *Direito da Integração, Direito Comunitário, Mercosul e União Europeia*. Salvador: JusPODIVM, 2011.

MANGAS MARTÍN, Araceli; LIÑÁN NOGUERAS, Diego J. *Instituciones y Derecho de la Unión Europea*. 4ª ed. Madrid: Tecnos, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. Controle de Convencionalidade (na perspectiva do direito brasileiro). In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

MATHIJSEN, P. S. F. R. *Introdução ao Direito Comunitário*. Coimbra: Coimbra, 1991.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *O Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MORAES, Henrique Choer. O Novo Sistema Jurisdicional do Mercosul – Um Primeiro Olhar sobre o Protocolo de Olivos. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Nº 39, ano 10, 2002.

MIDÓN, Mario A. R. *Control de Convencionalidad*. Buenos Aires: Astrea, 2016.

MUNHOZ, Carolina Pancotto Bohrer; SCHLEE, Paula Christine. A Defesa da Concorrência no Mercosul e na União Européia. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; MOTA, Carlos Esplugues; BARRAL, Welber (orgs.). *Direito Internacional Privado: União Européia e Mercosul*. Florianópolis: Fundação Boileux, 2007. p. 323-343.

NOGUEIRA, Cássia Cavalcante de Oliveira; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. *Mercosul: Do Sistema de Solução de Controvérsias à Solicitação de Opiniões Consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão pelo Judiciário Brasileiro*. *Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão*, Assunção, n. 4, ano 2, agosto de 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. *Os Tratados de Maastricht e Amsterdão*. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.1.3.html. Acesso em 12.10.2016.

PASSOS, Fernando. O Sistema de Concorrência na União Européia – Modelo para o Mercosul? *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais. V. 32, jul. 2000.

PAULILO, Antônio José Silveira. O Renvoi Préjudicial. In: LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.). *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: O Papel do Juiz no Processo de Integração Regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. A Competência Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Interdisciplinar de Direito*. Valência: Faculdade de direito de Valência, v. 11, 2014.

PEROTTI, Alejandro Daniel. El Principio de Primacía Del Derecho Del MERCOSUR en las Primeras Opiniones Consultivas del Tribunal Permanente de Revisión. *Revista Judiciária do Paraná*. Curitiba. Ano 7, n. 3, nov. de 2011.

PEROTTI, Alejandro Daniel. Estrutura Institucional y Derecho em el Mecorsur. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 42, ano 11, jan.-mar. De 2003.

PEROTTI, Alejandro Daniel. *Habilitación constitucional para la integración comunitaria*. Tomo I. Curitiba: Juruá, 2007.

PEROTTI, Alejandro Daniel. *Habilitación constitucional para la integración comunitaria*. Tomo II. Curitiba: Juruá, 2007.

PINTO, Mônica. Apuntes sobre la subjetividade internacional del individuo. In: LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro (coord.). *Os Rumos de Direito Internacional dos direitos humanos: ensaios em homenagem ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade*. Porto Alegre: Fabris, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Controle de convencionalidade e Direitos Humanos e diálogo entre jurisdições. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (orgs.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Introdução ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: a Convenção Americana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (coords.). *O Sistema de Proteção dos Direitos Humano e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PIRES, Alice; FONSECA, Amanda; CROSHERE, Indira. *Solução de Controvérsias no Mercosul*. São Paulo: LTR, 1998.

POZZATTI JUNIOR, Ademar; SALDANHA, Jânia Maria Lopes. Uma Experiência Discreta: O Mercosul e as Opiniões Consultivas. *Revistas Eletrônica do Curso de Direito UFSM*. Santa Maria, v. 2, n. 2, 2007.

PRONER, Carol. *Os Direitos Humanos e seus Paradoxos: Análise do Sistema Americano de Proteção*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos em Juízo*. São Paulo: Max Liminad, 2001.

RAMOS, André de Carvalho. O impacto da Convenção Americana de Direitos Humanos na relação do direito internacional e o direito interno. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*. Brasília, n. 4, ano I, jul./set., 2002.

REZEK, Francisco. Tratados e suas relações com o ordenamento jurídico interno: antinomia e norma de conflito. *Revista do Conselho de Justiça Federal*. V. 1. n. 2 maio/ago. 1997. Disponível em www.cjf.jus.br/ojs/index.php/revcej/article/view/93/136. Acesso em 19.10.2016.

RIBEIRO, Jeanezar Ditz de Souza. *Mercosul: direito da integração e solução de controvérsias*. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *Direito Internacional Público*. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SABBATO, Luiz Roberto. O Direito Comunitário. Noções introdutórias, conceituação, definições e fontes: direito originário, direito derivado, direito complementar e jurisprudência. Conclusões e respeito da realidade jurídica globalizada, sob a égide deste novo ramo do direito. In. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.). *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: O Papel do Juiz no Processo de Integração Regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 157-166.

SAGÜÉS, Néstor Pedro. Obligaciones internacionales y control de convencionalidad. *Estudios Constitucionales*. Santiago, n. 1, ano 8, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/estconst/v8n1/art05.pdf>. Acesso em: 24.09.2016.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Cooperação Jurisdicional. Reenvio Prejudicial: Um Mecanismo de Direito Processual a Serviço do Direito Comunitário. Perspectiva para sua Adoção no Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2001.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes; VIEIRA, Lucas Pacheco. As Origens do Controle Jurisdicional de Convencionalidade. *Revista de Pesquisa em Direito Libertas*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, v. 1, n 1, 2014. Acessível em: <http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/libertas/article/view/255>. Acesso em 23.11.2016.

SANTOS, Maria Cecília de Andrade. Direito Comunitário da Concorrência. Perspectivas para o Mercosul. *Revista do Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 32, out.-dez. de 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre as relações entre a Constituição Federal de 1988 e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos na perspectiva do assim chamado Controle de

Convencionalidade. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (orgs.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. *Direito Internacional Público*. 4ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, Karine de Souza. *Direito da comunidade europeia: fontes, princípios e procedimentos*. Ijuí: Unijuí, 2005.

SOUSA, Denise Silva de. *O Indivíduo como sujeito de Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, 2004.

STELGES, Isabela Hathrin. *A Cidadania da União Europeia: uma sugestão para o mercosul*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

TESAURO, Giuseppe. *Diritto comunitario*. 3ª Ed. Milão: Cedam, 2003.

TJCE, Acórdão de 22 de junho de 1989, Processo nº 103/89. Acessível em <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?sessionId=9ea7d2dc30d52b26c65a76604e50811a96dd39ff0903.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuNbxr0?text=&docid=96045&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=19496>. Acesso em 22.03.2016.

UNIÃO EUROPEIA. Processo nº 26/62 do TJUE. Sentença de 05 de fevereiro de 1963. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=87120&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=207195>. Acesso em 23.12.2016.

UNIÃO EUROPEIA. Processo nº C-6/90 e C-9/90 do TJUE. Sentença de 19 de novembro de 1991. Acessível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=97140&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=208940>. Acesso em 23.12.2016.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União europeia (versão consolidada). Acessível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012M/TXT>. Acesso em: 05.04.2016.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. Reenvio Prejudicial. Processo C-522/13. Acessível em: http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?doclang=PT&text=&pageIndex=0&part=1&mode=lst&docid=158425&occ=first&dir=&cid=316694. Acesso em 25.03.2015.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. Reenvio Prejudicial. Processo C-91/92. Acessível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=98358&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=253256>. Acesso em 20.02.1017.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. O Mercosul e as linhas gerais de seu sistema de solução de controvérsias. *Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão*. Assunção, Ano 4, nº 8, agosto 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de; TAVARES, Sérgio Maia. La Competencia Consultiva del Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Legitimación y Objeto. *Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão*. Assunção, Ano 2, nº 4, agosto 2014, p. 117-136.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de; TAVARES, Sérgio Maia. O Mercosul e a Competência Consultiva de seu Tribunal: o Juiz, o Particular e a Harmonização do Direito Regional. In. MENEZES, Wagner; ANUNCIAÇÃO, Clodoaldo Silva da; VIEIRA, Gustavo Menezes. *Direito Internacional em Expansão*. Vol. III. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

VAZ, Alcides Costa. O Relançamento do Mercosul. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*. Vol. 1. Nº 1, 2000. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4768/4001>. Acesso em 22.01.2017.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *A Ordem Jurídica do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

VIEIRA, Luciane Klein. *Interpretação e Aplicação Uniforme do Direito da Integração. União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-Americana e Mercosul*. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, Luciane Klein; MARTINS FILHO, Marcos Simões. As Opiniões Consultivas do Mercosul solicitadas pelo Poder Judiciário Brasileiro. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 931, maio de 2013.

ZEIDAN, Rogério. A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e sua aplicabilidade no Ordenamento Jurídico Brasileiro. *Revista Jurídica da Universidade de Franca*. Franca: Universidade de Franca, n. 4, ano 3, 2000.